

# Ninguém vai "zerar" a Constituinte, afirma Ulysses

O deputado disse que a nova Carta sai "na marra" até abril e chamou de "três patetas" os ministros militares que outorgaram a Constituição de 69



Sarney e o retrato de d. Pedro 1º

## Pedro 1º do Brasil foi Pedro 4º em Portugal

O d. Pedro 1º e o d. Pedro 4º mencionados ontem por Ulysses Guimarães são a mesma pessoa — o primeiro imperador do Brasil (1822-31) foi também o 27º rei de Portugal (março a maio de 1826). Em novembro de 1823, o Pedro imperador dissolveu por decreto a Assembleia Constituinte instalada meses antes sob a alegação de que fora convocada para "salvar o Brasil dos perigos iminentes". Em 1826, com a morte de d. João 6º, o imperador do Brasil assume o trono português como Pedro 4º, outorga nova Carta a Portugal e abdica em favor da primogênita, Maria da Glória. Dois anos depois, Miguel, irmão de Pedro, toma o trono de Portugal com apoio dos absolutistas e anula a Carta de 1826. Em 1832, Pedro retorna à Europa como duque de Bragança e, ao lado dos constitucionalistas portugueses, participa ativamente da guerra civil que em 1834 restaura a monarquia constitucional portuguesa.

## TVs omitem a declaração sobre a Junta Militar

Do Redação

O "Jornal Nacional" da Rede Globo de Televisão, levado ao ar diariamente às 20h, deixou de noticiar ontem as declarações do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte, que chamou de "três patetas" os três ministros militares que assinaram a Constituição outorgada de 1969. Procurado ontem à noite no Rio de Janeiro para explicar os motivos da ausência da fala de Ulysses no telejornal, Armando Nogueira, diretor-geral de programação da rede, não foi localizado. Os demais editores e responsáveis de jornalismo não quiseram se pronunciar. Os noticiários da Rede Manchete de Televisão também não registraram as afirmações de Ulysses. Igualmente, nenhum responsável pelo telejornal foi localizado.

Já a TV Cultura de São Paulo, ligada à Fundação Padre Anchieta, transmitiu no jornal das 20h30 as declarações do presidente do Congresso Constituinte. Os responsáveis pelos telejornais das demais redes (SBT, Gazeta e Record), procurados pela Folha, também não foram encontrados.

Hélio Jacinto, um dos editores de jornalismo da Rede Bandeirantes de Televisão, afirmou à Folha, às 22h30, por telefone, que as declarações de Ulysses não foram ao ar no jornal das 20h30 "por falta de tempo para o fechamento da edição", mas que "muito provavelmente" seriam transmitidas no noticiário das 23h40. "Não há nenhuma orientação para não transmiti-las", disse.



Ulysses Guimarães concede entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes após encontrar-se com Orestes Quércia

Fotos Banco de Dados



Brigadeiro Marcio de Souza e Mello



General Aurélio Lyra Tavares



Almirante Augusto Rademaker

## Mello recebe declaração com 'ojeriza'

Do Sucursal do Rio

O brigadeiro Marcio de Souza e Mello, 81, que integrou a Junta Militar que governou o país de agosto a outubro de 1969, recebeu com "ojeriza" a declaração de Ulysses Guimarães. O deputado o definiu, bem como aos outros dois membros da Junta, general Aurélio Lyra Tavares e almirante Augusto Rademaker (já morto), como "três patetas". "Dele (Ulysses) eu não poderia esperar coisa diferente. Mas não quero polemizar. Desejo desconhecê-lo por completo", disse. O

general Lyra Tavares limitou-se a dizer "que todos têm o direito de pensar e falar. Eu só quero pensar. Penso em tudo, mas não falo".

"Os 'três patetas' tiveram o país nas mãos e poderiam ter feito o que quisessem. Entretanto, tomaram entre si o compromisso de não desejarem nada de pessoal e de restaurar as condições de normalidade política no menor tempo possível", disse Souza e Mello por telefone. afirmou que "os homens de hoje são tão míopes" que não conseguem entender o esforço feito pela Junta, que, segundo ele, governou o país num clima de

comunicação nacional. Lembrou que foi durante nesse período que houve o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Sobre a emenda constitucional de 69, disse apenas que "foi um trabalho de homens bem intencionados mas com pouca técnica".

O brigadeiro vive "num casulo como todos os velhos" e não gosta do quadro político atual. "Está uma tristeza. Só há ambição e trapaça. Todos querendo levar vantagem em tudo," Sobre Ulysses, disse apenas que é "um homem ambicioso".

## "Não estou aliciando quanto aos quatro anos"

Estes são os principais trechos da entrevista coletiva concedida pelo deputado Ulysses Guimarães:

Ulysses Guimarães — Desejo dizer que eu persigo uma meta que seria pelo menos termos a Constituição pronta a 21 de abril.

Pergunta — Como o sr. recebeu as críticas do ministro Antônio Carlos Magalhães e do presidente Sarney à Constituição?

Ulysses — Em primeiro lugar, eu daria nota zero a essa "zeração" a essa ideia de "zerar". Isso significaria dissolver a Constituição que está trabalhando no ritmo que todos conhecem. Pergunto: quem iria fazer isso? Eu conheço suficientemente o presidente José Sarney e sei que ele não iria repetir — e é um dos acontecimentos que não abrihantam a biografia de d. Pedro 1º, que dissolveu a Constituição de 1823 e outorgou a Constituição de 1824. Apesar de atrás da cadeira do presidente Sarney — em que eu já me sentei várias vezes — estar o retrato de d. Pedro 1º, no ato de d. Pedro 1º de Portugal, d. Pedro 4º restaurou a legalidade monárquica no seu país, derrotando o ditador que era seu irmão d. Miguel. Não acredito, muito menos, que os militares vão fazer o mesmo que o ditador português fez em 1969, fazendo uma Constituição caricata que foi promulgada pelos três ministros militares em nome da ditadura. E eu conheço os atuais militares e sei de sua profunda convicção democrática que não permitiriam o retorno do ditador que eles têm. De maneira que isto é apenas uma especulação apenas de mau gosto.

Quanto à outra parte, eu estive sexta-feira com o presidente Sarney, tomei o café da manhã com ele e ele tinha me falado do programa que fez. Quando se aprovou o primeiro dispositivo que falava da autorização judicial para prisão e com a extensão que foi dada, eu perguntei para o Sr. Bernardo Cabral, que é o relator e que fica à minha direita: nós precisamos no segundo turno ou na segunda votação examinar isto, porque eu preciso distinguir entre a prisão administrativa, a prisão disciplinar e a prisão em termos de caso de polícia. Isso não é simples. Por exemplo, é de grande interesse do poder militar, das Forças Armadas. Se por exemplo num navio tiver alguém que desrespeite a hierarquia, não vai se desleixar o navio para pedir ordem para o juiz para poder prender ou punir, evidentemente isso se torna difícil, nós vamos examinar isso. Quanto à outra parte, há razões de um lado, há razões de outro. E preciso que se veja, na verdade cabre muito abuso, nesse país, de "esteje-press". Qualquer pessoa se arroga o direito de prender. Em vários países há isso, se trata da autorização judicial. Temos que examinar, vamos examinar com a cautela devida. O grave problema do Brasil não é a impunidade. Esse é que é o grave problema, o que é grave em matéria principalmente de Direito Penal não é a gravidade da pena, é a certeza da impunidade. As cadeias estão cheias, mas há muita gente fora, inclusive condenada. Este é que é o problema principal que temos que resolver, porque a experiência mundial, na Inglaterra, para acabar com a pena de morte, é a certeza da punição. Esse é um ato que todos devemos nos voltar, inclusive a própria Constituição deve criar condições para enfrentar esse problema.

P — Quem são os três patetas aos quais o sr. se referir?

Ulysses — Heje que eu saiba não existe nenhum pateta. Os três patetas foram os três ministros militares que naquela ocasião, em 1969, fizeram entrar goela abaixo do povo brasileiro essa Carta constitucional que está aí no país.

P — Analiso com o governador Quércia a questão do mandato?

Ulysses — Não, não tratamos desse assunto, porque a convenção do nosso partido levou isso à consciência de cada um. Fica muito contrariador estar procurando desrespeitar essa decisão da convenção. De maneira que esse assunto não foi versado na minha conversa com o governador Orestes Quércia.

P — O "Carreio Brasileiro" disse que nesse encontro o sr. vinha articular a sua candidatura à Presidência com o governador Quércia. Tem fundamento?

Ulysses — Eu quero dizer a vocês, repellido o seguinte: eu sou um homem de relativa experiência sobre os assuntos políticos e acho que devemos cuidar de cada coisa a seu tempo. Quem quer cuidar de três, quatro coisas, acaba não cuidando de coisa alguma. Governar, principalmente, ou atuar na política, é hierarquizar os problemas, é escaloná-los, eu estou inteiramente mergulhado na Constituição, desde manhã cedo até a meia-noite, de madrugada, presdindo no meu gabinete, eu desejo que essa Constituição vá sair na marra, e eu serei o marreteiro dessa constituição, estou sendo, de maneira que eu quero dizer que estou conversando com vocês para publicar, não procure versar sobre esse assunto, vamos tratar dessas coisas depois da promulgação da Constituição.

P — O apressamento nesse momento da Constituição não estaria ligado à sua preocupação com a própria candidatura à Presidência?

Ulysses — Primeiro temos de verificar se vence realmente o presidencialismo ou o parlamentarismo. Depois cinco anos ou quatro anos. Depois vamos unir os companheiros, quem vai ter uma voz muito importante nesse assunto é evidentemente o governador Quércia, por razões óbvias, de forma que dessas coisas não vamos falar. Acho que a ideia de adiantar ocupar 50, 30, 20%, fazer isso a prestação, a essas coisas você tem de se

passa de uma especulação de mau gosto". Ulysses afirmou que o novo texto constitucional "vai sair na marra (até 21 de abril) e serei o marreteiro dessa Constituição".

Ulysses afirmou que não conversou com Quércia sobre a duração do mandato presidencial nem sobre sua possível candidatura ao cargo. O governador paulista, porém, disse que "pelos trabalhos prestados ao partido e à nação, ele (Ulysses) é o candidato natural do PMDB". O deputado tocou na questão do mandato em dois momentos. No primeiro, repetiu que a Convenção do PMDB não fechou posição quanto a quatro ou cinco anos. Depois afirmou que não está "de forma nenhuma aliciando quanto a essa questão do mandato de quatro anos". Para Ulysses, nada está definido quanto a esta questão. Segundo ele, "meu gabinete é um confessionário, (os deputados) vão para lá conversar, falam neste assunto e eu noto que ninguém tem previsão segura: se um diz que vai dar quatro anos, outro por tais e tais razões diz que vai dar cinco".

O presidente do Congresso Constituinte disse que conversou com o presidente José Sarney, durante o café da manhã, "e ele não falou em dossiê nenhum". O deputado se referia à existência de um suposto documento que o Planalto teria em seu poder com o nome de deputados e senadores que tiveram campanhas financiadas em 86 por empresas privadas. "Evidentemente quem tem um dossiê, se ele é comprometer, contém realmente uma irregularidade, deve torná-lo público".

INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PERFECTA CURITIBA LTDA. Av. Conquistador, 209 — Penha — Comunica a mudança de seus telefones: de n.º 941-3092 para 293-9077 e 293-7410 para 293-9314.

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), 47, disse ontem, em Porto Alegre, que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da corrupção — da qual é relator — deverá enviar hoje a Ronaldo Costa Couto um ofício solicitando que o governo comunique de maneira oficial se existem de fato acusações contra parlamentares. "Queremos saber se é boato ou se alguém do governo confirma as acusações do dossiê, que até agora é anônimo", afirmou.